

O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Soray Soares Rosa Damasceno Marques

RESUMO

Se tratando de um fenômeno global, a violência espalha-se dentro dos mais variados lugares e tem se desenvolvido principalmente no contexto escolar. A violência escolar refere-se à violência que ocorre num ambiente escolar. Isto inclui a violência na propriedade escolar, no caminho de ida ou volta para a escola e em viagens e eventos escolares. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar na literatura o problema da violência escolar nas escolas brasileiras. Também será investigado sobre os tipos, as causas da violência escolar. A partir disso, se torna necessário abordar o conceito da escola inclusiva no combate e na prevenção da violência escolar. A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico de abordagem descritiva e exploratória. Por meio dos resultados percebeu-se que a violência escolar constitui-se em um grande problema nas escolas brasileiras. Sobre os tipos de violência, o bullying representou a violência mais abordada nos estudos, mesmo assim, notou-se a necessidade de ampliar o diálogo nacional entre pesquisadores do tema para estabelecimento de medidas padronizadas para o estudo desse fenômeno. Concluiu-se que apesar de ser grande a possibilidade de inclusão na educação, ainda há um longo trajeto a percorrer para que esta inclusão seja plena. Sobre os desafios a serem enfrentados destacaram-se a necessidade de fortalecer a formação de professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes e família.

Palavras-chave: Escola. Escola inclusiva. Educação. Violência.

ABSTRACT

Being a global phenomenon, violence spreads across the most varied places and has developed mainly in the school context. In this sense, this article aims to analyze the problem of school violence in Brazilian schools in the literature. It will also be investigated the types and causes of school violence. From this, it becomes necessary to address the concept of an inclusive school in combating and preventing

school violence. The methodology used was a bibliographic study with a descriptive and exploratory approach. Through the results, it was clear that school violence is a major problem in Brazilian schools. Regarding the types of violence, bullying represented the violence most discussed in studies, even so, there was a need to expand the national dialogue between researchers on the topic to establish standardized measures for the study of this phenomenon. Regarding the challenges to be faced, the need to strengthen teacher training and create a support network between students, teachers and families was highlighted.

Keywords: School. Inclusive school. Education. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência é considerada uma das principais formas de representação de atos de incivilidade presentes na sociedade, violando um dos direitos da humanidade mais importantes, o direito à vida. Também é compreendida como um fenômeno psicossocial polissêmico, que age por meio da dialética em todas as esferas sociais. Assim, definir a palavra violência se torna absolutamente oportuno e pede uma abrangência semântica ampliada, uma vez que ela se manifesta por meio de características individuais ou coletivas (ANDRADE, 2018).

A violência escolar é a violência que ocorre no ambiente escolar (GUPTA, 2023). Descreve atos violentos que perturbam a aprendizagem e têm um efeito negativo nos alunos, nas escolas e na comunidade em geral. Nos últimos anos, casos de violência relacionados às escolas têm apresentado cada vez mais notoriedade na mídia e na sociedade em geral, especialmente em decorrência de diversos crimes cometidos.

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse em compreender a violência no contexto escolar, não só por suas implicações no processo de integração de crianças e adolescentes à sociedade, mas pela íntima relação que apresenta com o fracasso de objetivos mais amplos da escola, como educar, ensinar e aprender (BECKER; KASSOUF, 2016).

Observa-se que atitudes como ofender, ignorar, excluir, ferir, humilhar, sempre foram encontradas nas escolas, não importando se de ensino público ou particular, se de ensino fundamental ou médio. O fenômeno tem-se estendido cada vez mais para as séries iniciais e acaba muitas vezes por sair da escola e invadir a vida pessoal, através de mensagens pela Internet e celulares.

Nessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: Quais as implicações da violência escolar nas escolas brasileiras e como prevenir os atos violentos?

O tema deste trabalho foi escolhido pensando no fato de que a escola, nos últimos anos, enquanto instituição de saberes para formação integral de crianças, jovens, adolescentes e adultos, tem se tornado palco da incidência da violência, constituindo, assim, um grande problema. Percebe-se então a importância e a relevância social dos estudos sobre a violência no contexto escolar, visto que a escola deve estar comprometida com os pressupostos essenciais para uma educação mais humana e democrática.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar na literatura o problema da violência escolar nas escolas brasileiras. Também será investigado

sobre os tipos, as causas da violência escolar. A partir disso, se torna necessário abordar o conceito da escola inclusiva no combate e na prevenção da violência escolar.

2 METODOLOGIA

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é chamada de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da internet entre outras fontes (PRODANOV, 2013).

Bervian e Cervo (2011) diz que a pesquisa descritiva observa, registra e analisa fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Desse modo, esse método estará observando fatos que podem ocorrer tanto em um comportamento individual como em uma incorporação. Enquanto a pesquisa exploratória tem como função preencher as lacunas que costumam aparecer em um estudo.

Dessa forma, a metodologia utilizada neste trabalho se trata de um estudo bibliográfico de abordagem descritiva e exploratória. As bases de dados utilizadas na busca foram o Portal de periódicos da CAPES, Scielo e o Google Acadêmico. Os descritores utilizados na busca foram: educação; violência; escola e escola inclusiva, para encontrar dados de pesquisas sobre o assunto.

Os critérios de inclusão foram artigos completos disponíveis de forma gratuita nas bases de dados, artigos em língua portuguesa e inglesa e artigos que respondiam a problemática deste estudo. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos textos incompletos (disponíveis apenas o resumo), e artigos que não abrangiam os objetivos deste estudo.

No Quadro 1 abaixo é possível identificar o percurso metodológico para realização deste trabalho de revisão:

°	Ação realizada (coleta de dados, leitura, organização das informações)	Como foi realizado (detalhamento da ação)	Cronologia (quanto tempo foi dedicado para cada ação)
1	Leitura de Artigos Científicos	Foram realizados busca na internet afim de realizar um bom levantamento de material sobre o tema. Total de 40.	10 dias

°	Ação realizada (coleta de dados, leitura, organização das informações)	Como foi realizado (detalhamento da ação)	Cronologia (quanto tempo foi dedicado para cada ação)
2	Seleção dos artigos científicos	Foi realizado um levantamento dos artigos que falavam sobre o tema e feito uma seleção dos que condiziam com a pesquisa. Selecionou-se 28.	15 dias
3	Realização do resumo	Neste período foi sendo resumido os trabalhos para posterior escrita	5 dias
5	Escrita do Artigo Científico	Escrita	30 dias

3 VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar refere-se à violência que ocorre no ambiente escolar (GUPTA, 2023). Isto inclui a violência na propriedade escolar, no caminho de ida ou volta para a escola e em viagens ou eventos escolares. Pode ser cometido por alunos, professores ou outros membros da escola. No entanto, a violência por parte de colegas estudantes é a mais comum e a que será discutida neste artigo.

A violência escolar pode ser qualquer coisa que envolva uma ameaça real ou implícita – pode ser verbal, sexual ou física, e perpetrada com ou sem armas. Muitas vezes não existe uma razão simples e direta pela qual alguém se envolve em violência escolar. Uma criança pode ter sido intimidada ou rejeitada por um colega, pode estar sob muita pressão acadêmica ou pode estar representando algo que viu em casa, na vizinhança, na televisão ou em um videogame (LEOPOLDINO, 2020).

Para Charlot (2002) e Debarbieux (2002), distinguir conceitualmente as diferentes manifestações da violência dentro da escola se torna tarefa difícil, mas necessária na medida em que “permite não misturar tudo em uma única categoria e porque designa diferentemente lugares e formas de tratamento dos fenômenos” (CHARLOT, 2002, p. 437).

3.1 TIPOS E CAUSAS DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar pode assumir muitas formas. De acordo com Silva (2015) estes são alguns dos tipos de violência escolar:

- Violência física: inclui qualquer tipo de agressão física, uso de armas, bem como atos criminosos como roubo ou incêndio criminoso;
- Violência sexual: inclui assédio sexual, intimidação sexual, toque indevido, coerção sexual e estupro;
- Violência psicológica: inclui abuso emocional e verbal. Isso pode envolver insultar, ameaçar, ignorar, isolar, rejeitar, xingar, humilhar, ridicularizar, espalhar boatos, mentir ou punir outra pessoa.

As formas de violência na escola podem envolver depredações, invasões de espaços escolares e brigas entre grupos, acrescidas de agressões de alunos contra professores, uso de arma branca e de fogo, consumo de drogas, preconceito e bullying. O bullying pode assumir formas físicas, psicológicas ou sexuais e é caracterizado por agressões repetidas e intencionais a outra pessoa (GUPTA, 2023).

Apesar de pouco percebida, a violência psicológica tem prevalências e frequências altíssimas nas escolas. Ter sido ameaçado, humilhado, desprezado ou vítima de bullying foram aspectos verificados por muitos estudos, como o de Malta (2010) e Almeida (2009).

Nesse sentido, percebe-se que na escola, as relações entre os estudantes podem assumir formas específicas, a exemplo do bullying entre eles. Este fenômeno é identificado em termos nacionais e internacionais como bullying. O bullying é o abuso sistemático do poder. É uma forma de comportamento agressivo, entre pares, usualmente maldosa, deliberada e persistente, podendo durar semanas, meses ou anos, sendo difícil às vítimas defenderem-se a si próprias (PEREIRA, 2001; SMITH, 2013).

Têm-se também o Cyberbullying, que inclui abuso sexual ou psicológico por parte de pessoas ligadas através da escola nas redes sociais ou outras plataformas online. Isso pode envolver a publicação de informações falsas, comentários ofensivos, rumores maliciosos, fotos ou vídeos embaraçosos online. O cyberbullying também pode assumir a forma de exclusão de alguém de grupos ou redes online (GUPTA, 2023).

De acordo com Pereira et al. (2009), os agressores não apresentam, um único perfil, uns são violentos, abusam do poder sobre os pares pela força enquanto que outros são manipuladores, sedutores até atingirem os seus objetivos. Por isso quando se fala no perfil normalmente parece estar associado a um sujeito com força física, encorpado e muitas vezes quando nos confrontamos

com as crianças verificamos que aparentam ser frágeis e pequenas mesmo relativamente aos seus pares. Outros ainda há que são pessoas muito agradáveis parecem preocupadas com os outros atenciosas e são esses que manipulam os seus pares para atingirem os seus objetivos como por exemplo extorquir dinheiro dos colegas não furtando (de forma invisível) ou roubando (com recurso à força) mas pedindo dinheiro a troco de atenção da sua amizade.

É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Para Silva (2015) significa dizer que, de forma quase natural, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar e amedrontar suas vítimas.

Sobre os fatores de risco que podem aumentar a probabilidade de uma criança cometer violência escolar, estes são alguns deles:

Mau desempenho acadêmico; histórico anterior de violência; personalidade hiperativa ou impulsiva; condições de saúde mental; testemunhar ou ser vítima de violência; uso de álcool, drogas ou tabaco; dinâmica familiar disfuncional; violência ou abuso doméstico; acesso a armas; pais delinquentes; pobreza ou altas taxas de criminalidade na comunidade, entre outros (GUPTA, 2023, p. 1).

Entretanto, é importante observar que a presença desses fatores não significa necessariamente que a criança se envolverá em comportamento violento.

O insucesso escolar parece estar associado ao aumento percentual de crianças envolvidas com a violência escolar, sejam enquanto agressoras ou vítimas (PEREIRA, 2009). Este problema, não sendo novo, tende a tomar maiores proporções se não houver consciência que a violência escolar existe e que devem ser tomadas medidas para reduzi-la. Estas medidas devem ter sobretudo um carácter preventivo.

Quanto à escolaridade, Mendes (2011) relata em seu estudo a ocorrência de vítimas do 6º ano de escolaridade (58%), sendo que sua amostra continha estudantes do 5º e 6º ano. Em outro estudo, 28,5% das vítimas estavam entre 6 e 8 anos de idade; 32%, entre 9 e 11 anos; e 39,6%, entre 12 e 18 anos. Cursavam as quatro primeiras séries, 56,5% dos alunos; e o restante, da 5ª à 8ª série (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011).

Abordando rapidamente os impactos, estudos indicam que crianças que testemunham a violência escolar podem sentir-se culpadas por presenciar a violência e ter demasiado medo de a impedir. Eles também podem se sentir

ameaçados e seu cérebro pode reagir de maneira semelhante a uma criança que enfrentou violência escolar. Além disso, conforme Smith (2013), quando as crianças vivenciam ou testemunham traumas, suas crenças básicas sobre a vida e as outras pessoas costumam mudar. Já não acreditam que o mundo é seguro, o que pode ser prejudicial para a sua saúde mental.

4 ESCOLA INCLUSIVA NA PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A escola inclusiva é uma escola comum ou regular que independentemente das diferenças, consegue acolher todos os tipos de alunos. Nela, são desenvolvidas situações que favorece e respeita os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos. Tendo em vista a importância da inclusão, Mantoan (2003, p. 33) diz que: “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”.

A escola contemporânea foi projetada para atender a apenas um determinado perfil de aluno, no entanto, com o passar do tempo a demanda modificou, pois se tem nas escolas estudantes bastante diversificados. Essa demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possa possibilitar atender a todos os indivíduos (NETO, *et. al.*, 2018, p. 2).

Dessa forma, a escola inclusiva deve oferecer serviços adequados para atender a diversidade da população. A escola inclusiva possui a característica de ajudar os alunos que sozinhos não conseguem solucionar problemas por conta das suas limitações, ajudando-os a superar seus limites. Faz-se então necessário um esforço contínuo, com o intuito de colaborar com o outro, desse modo, não havendo outra utilidade, “adaptar as escolas e as turmas para incluir todos significa dizer, implicitamente, que a escola pertence a todos”. Pois, qualquer cultura que diga “você é importante” aumenta a chance de seus membros serem capazes de dizer o mesmo uns para os outros e para si mesmos (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 404, *apud* NETO *et. al.*, 2018).

Segundo a declaração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos

educativos e organização específica para atender suas necessidades. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996^a, p. 150)

Logo, é papel da escola organizar-se para atender todos os estudantes e quando necessário oferecer uma terminalidade. Todos os alunos precisam ter direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais. Assim, Pacheco (2007, p. 15) enfatiza que: “As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional”.

De acordo com Ferreira (2020), na escola inclusiva, todas as propostas que orientarão as atividades escolares e as metas dos educadores no que tange à inclusão estão registradas em seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Neste projeto, ficam estabelecidas quais redes de apoio serão fundamentais para o auxílio aos alunos com deficiência. No entanto, segundo Gonçalves (2018), muitas escolas ainda apresentam um forte agravante no trabalho com a inclusão que é a inexistência do Projeto Político Pedagógico ou ainda o seu engavetamento.

A escola pode ser considerada um ambiente diversificado, multicultural, que contempla um público com ideologias, objetivos e necessidades distintas. Enfim, essa se trata de uma característica própria, que engloba pessoas com múltiplos aspectos, sejam eles sociais, políticos, religiosos, entre vários outros (NETO, *et. al.*, 2018). Assim, entende-se que a escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem.

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (CUNHA, 2015, p. 71).

Dessa forma, a escola como instituição de socialização, têm a responsabilidade de incluir em todos os processos de ensino e aprendizagem, todas as pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial. E assim, a escola precisa estar preparada para exercer esse papel com responsabilidade.

De acordo com Neto *et. al.* (2018), não se pode falar apenas em inclusão escolar de forma passional, mas deve-se promover o debate de acordo com a visão de quem faz a escola, sejam os diretores, professores, coordenadores, entre outros. Pois, não basta apenas que o aluno seja matriculado em uma turma de ensino regular, é de muita importância que se tenha uma equipe preparada para que a inclusão se efetive. Conforme Cunha (2015, p. 69), “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades.”

A escola precisará fornecer ao aluno, recursos diferenciados, essenciais e indispensáveis ao seu aprendizado, como por exemplo, adaptações físicas do ambiente escolar, professores especialistas ou aceleração de conteúdo. Uma escola inclusiva tem suas vantagens. É igualitária, respeita e é promovida com valor para a sociedade, com resultados visíveis da paz social e da cooperação. Dessa forma, é necessário reavaliar a forma como se opera nas escolas, para proporcionar aos alunos as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade, portanto a segregação não pode ser justificada, a escola inclusiva ela é difusa da igualdade como valor universal.

Neto *et. al.* (2018) enfatiza que a escola atual tem uma demanda extremamente diversificada de estudantes, no entanto, a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, nos dias de hoje ainda é considerada um grande desafio. Pois infelizmente, ainda se vê muitas escolas com uma prática excludente, cometendo os mesmos equívocos de segregação de séculos passados. Inclusive, o discurso hoje é que os professores não estão preparados para receber o aluno com deficiência e a escola não dispõe de infraestrutura adequada e não possui recursos didático-pedagógicos para atender esse público, mesmo sendo um direito estabelecido por lei.

Quando se pensa na construção de uma escola inclusiva, identifica-se que as instituições de ensino precisam assegurar o acesso ao conhecimento, em outras palavras, deve-se pensar em estratégias, ações, projetos e espaços para propor para cada um dos estudantes a oportunidade de aprender. Nesse sentido, Mantoan (1997, p. 120) explica que:

[..] a inclusão é um excelente motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de todas as pessoas deficientes torna-se uma

consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Outrossim, sabe-se que não é fácil e imediata a adoção de novas práticas, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que a escola inclusiva possa se concretizar, é real a necessidade de atualização e criação de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais que sejam compatíveis com a inclusão. Todavia, segundo Cunha (2015, p. 71), vivemos em um momento em que o mundo prega o respeito à diversidade, e que esta seja identificada como um processo natural, pois “defender a inclusão escolar é essencial para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças”.

5 PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLENCIA

A escola tem papel fundamental na identificação do indivíduo com tendência a apresentar comportamento violento, já que é nesse ambiente que a criança provavelmente manifesta tal comportamento. Para Leopoldino (2020), a escola pode ainda prevenir a agressividade dos alunos por meio do ensino e do monitoramento. Essa relação é chamada de “efeito capacitação” e sugere que manter os jovens ocupados e fora das ruas pode diminuir o engajamento em atividades violentas. Todavia, os autores acrescentam que, se o ambiente escolar for caracterizado pela presença da violência, a concentração dos estudantes aumenta a probabilidade dos conflitos agressivos, uma vez que a escola proporciona a concentração geográfica dos alunos e aumenta a interação entre eles.

Conforme Leopoldino et al. (2020), nota-se que a escola não está imune às manifestações de agressões, já que as intolerâncias às diferenças, os preconceitos e a covardia nas relações interpessoais não estão somente dentro dos muros escolares, constituem todo segmento da sociedade. Entretanto, ela pode se compor como um espaço seguro e saudável de ensino e aprendizagem, onde crianças e adolescentes possam conviver socialmente, provendo relações interpessoais, que são fundamentais para o crescimento dos jovens por meio da aceitação da inclusão e do respeito aos outros. Tudo isso cria um ambiente que possibilita um cenário em que eles aprendam a se conhecer e a desenvolver sua subjetividade e individualidade.

Uma área de debate para esse assunto é até que ponto as políticas e esforços para prevenção da violência e antibullying nas escolas devem ter como alvo o bullying diretamente ou focar de forma mais geral na melhoria das relações dentro da escola. Trabalhos recentes na Noruega e na Espanha seguiram a última abordagem. Um estudo na Noruega descobriu que a qualidade da gestão da sala de aula (ou seja, as relações professor-aluno) e a estrutura social da turma (ou seja, as relações aluno-aluno) previam substancialmente as taxas de vitimização relatadas (SMITH, et al., 2013).

Roos et al. (2003) propôs um treinamento de assertividade, trabalhando com alunos específicos, o treinamento em assertividade foi recomendado como forma de ajudar as vítimas ou potenciais vítimas de bullying a lidar de maneira não passiva, mas também não agressiva. Essas técnicas podem ser ensinadas aos alunos e parecem ajuda-los bastante. O Método da Preocupação Compartilhada é uma abordagem baseada em aconselhamento para situações em que um grupo de alunos sofreu bullying. Esta abordagem concentra-se nas crianças que praticam o bullying, bem como naqueles que sofrem bullying. Encoraja as crianças que praticam bullying a reconhecer o sofrimento da vítima e tomar medidas para ajudar a situação.

Gonçalves (2018) alega que os professores necessitam avançar também no campo conceitual sobre inclusão, pois muitos ainda cultivam a ideia de que a inclusão está para atender somente os alunos com necessidades especiais. Dessa forma, é fundamental que esta concepção seja superada para entender o seu verdadeiro sentido. Serpa (2015) também enfatiza sobre isso, e afirma que a inclusão deve considerar todos os alunos que sofrem de qualquer forma de exclusão educacional, que acontece nas escolas e, sobretudo, nas salas de aulas, quando eles não acompanham todas as atividades escolares, e são expulsos ou suspensos ficando de fora da escola.

Diniz (2020) também enfatiza sobre a violência escolar como um grande desafio a ser enfrentado, pois muitos alunos sofrem com isso, sendo uma realidade que faz parte dos desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular. O bullying e violência acontece em grande parte pelo desconhecimento das especificidades e da falta de convívio entre grupos distintos, uma vez que a pouca visibilidade dadas as pessoas especiais no Brasil fomenta práticas preconceituosas. Infelizmente, ainda hoje é incomum ver pessoas deficientes em altos cargos, sendo representadas em mídias consumidas pela grande maioria das pessoas, como jornais, novelas etc. Nesse âmbito, Figueiredo (2010, p.

68), alega que para efetivar a inclusão, é preciso (...) modificar pensamentos e transformar a escola, começando por desconstruir praticas segregacionistas é necessário, pois a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, e não se trata apenas de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais.

O estudo de Mendes (2011) avaliou positivamente o impacto de um programa de intervenção voltado para a formação de docentes e pais e para o treino de competências sociais de estudantes (vítimas e agressores) em uma escola pública portuguesa. O programa foi aplicado a todos os estudantes de 5º e 6º anos da escola e contou com as seguintes estratégias básicas:

- 1) Mapeamento do problema na unidade escolar, conscientização da escola e inclusão do programa no Projeto Pedagógico Escolar;
 - 2) Formação dos professores da disciplina de Educação Cívica para trabalho em sala de aula com as turmas, visando à promoção de competências sociais (autocontrole e assertividade) e a redução/prevenção da violência escolar;
 - 3) Reuniões dirigidas aos pais;
 - 4) Aplicação do programa em sala de aula (intervenção com as turmas);
 - 5) Intervenção com agressores e vítimas (realizadas pela psicóloga escolar).
- É importante considerar que o desenvolvimento de habilidades sociais como a empatia também deve ser considerado como possível estratégia de controle do comportamento agressivo dos alunos (DEL PRETTE, E DEL PRETTE, 2005, p. 22).

No Brasil, programas relatados na literatura como o “Educar para a Paz” (FANTE, 2005) também têm sido aplicados com bons resultados. Em linhas gerais, esse programa propõe as seguintes etapas, a serem adaptadas em função das peculiaridades de cada escola: Etapa A - Conhecimento da realidade escolar (inclui observações e aplicações de questionários, divulgação dos resultados e jornada sobre violência escolar); Etapa B - Modificação da realidade escolar, através de estratégias gerais, individuais, de sala de aula e familiares.

No que tange as medidas a longo prazo assentam na formação inicial dos futuros profissionais: educadores de infância, professores do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, profissionais da saúde, assistência social, segurança pública, judiciário. Parece existir alguma dificuldade dos profissionais das diversas áreas em lidar com os comportamentos de indisciplina e violência dos alunos, por esta ser uma lacuna na sua formação inicial (PEREIRA, 2009).

Para Noronha e Pinto (2012, p. 15), um ensino para todos os alunos precisa que se destacar pela sua qualidade. Sendo assim, o desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa que precisa ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Praticar a inclusão e promover um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem pais, alunos, gestores, professores, especialistas e outros profissionais que fazem parte de uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades.

3 CONCLUSÃO

Conforme a análise dos estudos percebeu-se que a violência escolar constitui-se em um grande problema nas escolas brasileiras. Sobre os tipos de violência, o bullying representou a violência mais abordada nos estudos, mesmo assim, notou-se a necessidade de ampliar o diálogo nacional entre pesquisadores do tema para estabelecimento de medidas padronizadas para o estudo desse fenômeno.

Ficou evidente que a violência escolar pode ser evitada e que todos os alunos têm o direito de aprender em um ambiente escolar seguro. Desse modo, prevenir a violência escolar exige abordar os fatores que colocam as pessoas em risco ou as protegem da violência. A investigação mostra que os esforços de prevenção por parte de professores, administradores, pais, membros da comunidade e até mesmo estudantes podem reduzir a violência e melhorar o ambiente escolar.

Cabe destacar que quando intimidações ocorrem no ambiente escolar, a instituição de ensino passa a ter responsabilidade e tem que agir para impedir qualquer violência. Em um ambiente como uma escola, que reúne um grande grupo de jovens, é possível que diferenças entre os alunos deem origem a práticas inaceitáveis de discriminação.

É possível concluir que apesar de ser grande a possibilidade de inclusão na educação, ainda há um longo trajeto a percorrer para que esta inclusão seja plena. Sobre os desafios a serem enfrentados destacaram-se a necessidade de fortalecer a formação de professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes e família, pois esse é um dos muitos passos que precisam ser implementados para o combate a violência, especialmente o bullying nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SB, CARDOSO LRD, COSTAC VV. Bullying: conhecimento e prática pedagógica no ambiente escolar. **Psicol Argum.** 2009; 27: 201-6.

ANDRADE R. **A história da violência no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://revisitasenso.com.br/2018/03/22/historia-da-violencia-no-brasil/> Acesso em: 20 de fev. 2023.

BECKER LK, KASSOUF AL. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Econ.** 2016; 26(2):653-77. 2016.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo. Editora: Pearson Prentice Hall: Atlas, 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental.** 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DEL PRETTE, Z. A. P., e DEL PRETTE, A. (2005). **Psicologia das habilidades sociais na infância:** teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes.

DINIZ, Yasmine. **Conheça os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular.** Artigo. Gestão da Escola. São Paulo, junho de 2020.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying:** como prevenir a violência nas escolas e educar para paz. Campinas, SP. Ed. Verus, 2ª edição, 2005.

FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva:** quais os pilares e o que a escola precisa fazer? Artigo. PROESC. Dezembro de 2020.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Políticas de inclusão:** escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

GONÇALVES, Cláudio D. B. **Educação inclusiva: uma análise dos desafios enfrentados pelos professores da rede municipal de São José de Piranhas-PB.**

Artigo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB. 2018. 65 p.

GUPTA, Sanjana. **How to Identify and Prevent School Violence.** Medically Reviewed. 2023.

LEOPOLDINO, Elcio R.; SANTOS, Luis A. M.; CAMINHA I. Educação e fenomenologia: a percepção de adolescentes acerca do bullying na escola. **Rev. Tempos Espaços Educ.** v. 13, n. 32, e-14087, jan./dez. 2020.

MALTA DC, SILVA MAI, MELLO FCM, MONTEIRO RA, SARDINHA LMV, CRESPO C, CARVALHO MGO, SILVA MMA, Porto DL. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciênc Saúde Coletiva.** 2010; 15: 3065-76.

MANTOAN, Maria. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Carla Silva. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. **Rev. Esc. Enferm.** USP, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 581-588, jun. 2011.

MOURA, Danilo Rolim de; CRUZ, Ana Catarina Nova; QUEVEDO, Luciana de Ávila. Prevalência e características de escolares vítimas de bullying. **J. Pediatr.** Rio J., Porto Alegre, v. 87, n. 1, p. 19-23, fev. 2011.

NETO, Antenor O. S. et. al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Artigo. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018 Santa Maria. 2018.

NORONHA, Eliane G.; PINTO, Cibele L. **Educação especial e educação inclusiva:** aproximações e convergências. Artigo. Escola Municipal Amanda Carneiro Teixeira. São Paulo. 2012. 9 p.

OLWEUS, D. (1993). **Bullying at school:** what we know and what we can do. Oxford: Blackwell. 1993.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, Beatriz.; SILVA, Marta I.; NUNES, Berta. Descrever o Bullying na Escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 455-466, set./dez. 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROSS D. **Childhood bullying and teasing:** what school personnel, other professionals and parents can do. 2nd ed. Alexandria (VA): American Counseling Association; 2003.

SERPA, Marta Helena Burity. **Modos contemporâneos de inclusão escolar:** Um estudo de caso múltiplos em escolas públicas da Paraíba. Edição especial. Ed. EDUFPG, 2015.

SILVA, Ana B.B. **Bullying:** mentes perigosas na escola. São Paulo, SP. 2ª ed. Editora Globo, 2015.

SMITH, Peter. B. A, B. S. C, PHD, FBPS1, KATERINA ANANIADOU, BA, MSC, PHD2, HELEN COWIE, MA. Interventions to Reduce School Bullying. **Can J Psychiatry**, Vol 48, No 9, October 2003.